

ARTIGO

## KI-ZERBO E M'BOKOLO DUAS GERAÇÕES DE HISTORIADORES DE BILAD ES-SUDAN

LARISSA OLIVEIRA E GABARRA

Doutora em História Social da Cultura pela PUC-RJ (2009); Professora no Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB/CE;  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8527-2002>

HEULER COSTA CABRAL

Mestre pelo Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da UNILAB (2022) e Doutorando no programa de pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do ABC;  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5090-9755>

**RESUMO:** O artigo objetiva comparar e analisar as possibilidades de abordagem historiográfica de Ki-Zerbo e M'Bokolo a partir dos seus escritos sobre o Bilad es-Sudan. Esta pesquisa entende a acometida dos intelectuais enquanto homens do seu tempo. Sendo historiadores de gerações diferentes e apesar de poder-se nomeá-los num mesmo esforço de reconstrução de história da África, as suas perspectivas são distintas. Ki-Zerbo apresenta um olhar nacionalista, fato que, em grande medida, resulta da necessidade de confrontar as ideias da inferioridade histórica imputada pelo Ocidente a África; já M'Bokolo, propondo uma revisão do escrito de Ki-Zerbo, parte de uma perspectiva mais comprometida com novas disputas políticas e sociais das nações africanas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bilad es-Sudan; Historiografia africana; Ki-Zerbo e M'Bokolo

## KI-ZERBO E M'BOKOLO TWO GENERATIONS OF HISTORIANS FROM BILAD ES-SUDAN

**ABSTRACT:** The article intends to compare and analyze the possibilities of historiographical approach of Joseph Ki-Zerbo and Elikia M'Bokolo from their writings on Bilad es-Sudan. This research is understanding the intellectuals' enterprise as men of their time. As historians of different generations, and despite being able to name them in the same effort to (re)construct the History of Africa, their perspectives are different. Ki-Zerbo put forward a nationalist look, fact that, to a largely, results from the need to oppose the historical inferiority ideas imposed by the West to Africa; while M'Bokolo, proposing a revision of Ki-Zerbo's writing, starts from a perspective more committed to new political and social disputes of the African nations.

**KEYWORDS:** Bilad es-Sudan; African historiography; Ki-Zerbo e M'Bokolo

Recebido em: 8/11/2021

Aprovado em: 24/02/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2022v73p276-302>

## Introdução

O campo de estudos africanos no Brasil tem expandido bastante desde a aprovação da Lei 10.639 de janeiro de 2003, que obriga o ensino de história e cultura africana e de afro-descendentes no Brasil no ensino básico, mas que, conseqüentemente, confere uma obrigatoriedade ao ensino superior (REGINALDO; FERREIRA, 2021). É verdade que se na metade do século XX, os estudos africanos no Brasil eram bastante impulsionados pelo Movimento Negro, pelos seus olhares e perspectivas. Segundo Petronilha Beatriz Gonçalves Silva e Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, desde a Frente Negra, passando pelo Teatro do Negro até 1978, data do Manifesto do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação (4/11/1978) o Movimento tem como pauta a educação. Nos congressos do MNU entre 1978 e 1988 a questão da mudança de paradigmas nas pesquisas de pós-graduação estava colocada: "...iniciativa de agregar o tema do preconceito racial na escola como uma possibilidade de este vir a ser um objeto de investigação científica nos Programas de Pós-Graduação" (GONÇALVES & SILVA, 2000, p. 150). Hoje esse engajamento político está mais diluído, no sentido de que após as políticas de ação afirmativa da primeira década deste século, o aumento do interesse pelos temas de história e cultura afro-brasileira e africana resultou também num aumento do número pesquisadores, especificamente no âmbito dos estudos africanos; muitos dos novos pesquisadores não estão diretamente engajados no Movimento Negro ou outros movimentos sociais (PEREIRA, 2012). No entanto, esse engajamento ainda é essencial para a continuidade das pesquisas nos temas. A interfase entre pesquisa e ensino nesse campo dos estudos africanos no Brasil é por essa razão algo bastante aproximativo. Diferente de outras áreas de conhecimento em História, que conforme Luiz Magalhaes (2009), vivem uma constante defasagem entre o que é pesquisado e o que é ensinado.

A pesquisa em história da África, por ser alavancada pelo movimento negro, responsável também pela Lei 10.639/03, provoca uma contínua tensão entre os estudiosos, discentes, curiosos, militantes da área e docentes, instituições, programas que ainda negam a implicação dos estudos africanos para a formação do brasileiro. Segundo Nilma Nilo Gomes, os movimentos são "os produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não

hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade (2017, p.16). Não à toa que as implementações da obrigatoriedade da Lei no ensino superior vieram da aliança entre discentes militantes das questões étnico-raciais e estudiosos comprometidos com o tema. Assim, entende-se que muitas propostas referenciadas em uma didática para o ensino básico balizada nas questões etno-raciais são construções muito próximas das abordagens e metodologias utilizadas na contemporaneidade em pesquisas sobre África.

Este artigo pretende contribuir para o ensino sobre a historiografia africanista e conseqüentemente para as pesquisas em estudos africanos. A proposta é pensar o ofício do historiador e os percalços do trabalho, a partir da necessidade do seu tempo na área de estudos africanos. Essa perspectiva de análise é conteúdo programático de muitas disciplinas de História e Historiografia da África nas universidades brasileiras. Refletir sobre o legado de duas gerações dos historiadores africanos, por meio de dois autores, o primeiro de meados do século XX e o seguinte já de fins do século XX e início do XXI e as circunstâncias históricas, situações políticas, presentes nas relações com o continente e o estudo da história sobre ele em que estavam inseridos os autores. Pretende-se compreender as diferenças de abordagens de cada um e suas subjetividades construídas no âmago das experiências históricas. Reflexão esta ensejada na noção das diferenças temporais e geográficas que levam às práticas historiográficas diversas.<sup>1</sup>

Tomando Joseph Ki-Zerbo e Elikia M'Boko como dois dos grandes historiadores africanos do século XX e XXI, respectivamente, especialistas em África, acredita-se estar representando algumas das visões de historiadores africanos dessas duas diferentes gerações. Esses intelectuais africanos estão inseridos no contexto da produção de conhecimento não eurocêntrico, procurando a partir do lugar endógeno, que ocupam, tratar de temas africanos, entendendo o quanto as imagens e saberes da África foram construções europeia ou ocidentais (SAID, 2007) Nesse sentido, produzem conhecimentos não e contra hegemônicos, baseados em epistemologias locais. Segundo Sílvio Almeida Carvalho Filho e Washington Santos Nascimento, esses intelectuais não só denunciaram a colonização, a lógica da civilização em várias áreas do conhecimento (cinema, literatura, música),

---

<sup>1</sup> O artigo foi desenvolvido no âmbito do Programa de Bolsa de Monitoria da Unilab na disciplina "História e Historiografia da África", semestre 2020.1.

mas engajaram-se na construção dos novos estados, não poupando críticas quando esses se tornaram autoritários, participando da construção de soluções. Denunciando as opressões e desigualdades sociais fossem dos colonizadores, fossem dos governos africanos, “demandaram o direito de autor-representar os dilemas vivenciados pelas sociedades africanas, de fazer e escrever suas próprias histórias, rompendo os estereótipos forjados pelos europeus ou pelos conservadorismos em África” (CARVALHO; NASCIMENTO, 2018, p. 29).

É dentro deste contexto geral que se entende as obras desses dois intelectuais africanos. Como não se trata da análise de suas obras por completo e sim apenas de um tópico, denominado aqui como Bilad es-Sudan, parte do Tomo 1 dos manuais sobre História da África, respectivamente “História da África Negra” e “África Negra: História e Civilização” que os autores se propuseram a redigir (e o fizeram com grandiosidade), não é possível afirmar que essa análise dê conta de entender todo o contexto social e político em que estavam inseridos os estudos historiográficos sobre África da metade do século XX até os dias de hoje, nem mesmo em relação à obra desses dois autores. Os autores, além de inúmeros artigos e participação em obras importantes como a Coleção História Geral da África produzida pela UNESCO, que tem Joseph Ki-Zerbo como organizador do primeiro volume, tem somente nesses dois manuais uma vasta produção sobre história da África, desde a pré-história até os dias atuais, no caso de Joseph Ki-Zerbo 1972, enquanto Elikia M'Bokolo chega até os desafios do século XXI.

Portanto, a escolha do tópico Bilad es-Sudan resulta da especificidade da análise dos dois autores sobre esse tema, que deixa evidente suas diferentes filiações historiográficas. Quando eles tratam dos Estados Sudaneses, a mera divisão entre os reinos e impérios desse espaço geográfico explicita suas diferentes abordagens. Em outros trechos essa diferença não é tão evidente, como no caso do tema sobre o povo Zulu na África do Sul, mesmo que ainda apresente muitos aspectos relevantes para essa discriminação. Contudo, procuraremos reconhecer a multiplicidade das diferenças que existe em cada um desse tópico escolhido e de cada uma das gerações que esses autores representam. Traçaremos seus elos centrais de modo a poder compreender o olhar de cada autor nos seus respetivos

tempos históricos, enquanto cientistas e seu compromisso, ainda que por vias diferentes, com as questões raciais e o continente.

Bilad es-Sudan, em árabe, significa “países dos negros”, refere principalmente os antigos impérios e reinos da África-Subsaariana do seu lado do oceano Atlântico, comumente denominado África ocidental ou do Oeste, espaço esse onde situavam os impérios mais documentados e estudados de Gana, Mali e Songai, que (co)existiram, mais ou menos, entre século IV a XVI (M'BOKOLO, 2009, p. 122). Pensar em que medida as experiências históricas de cada um dos autores contribuíram na diferenciação de seus olhares historiográficos sobre o mesmo espaço, Bilad es Sudan é o objetivo desse artigo.

### **Histórias ideologizadas**

Para iniciar esta discussão, se torna perspicaz introduzir a noção crítica de “Pirâmide Invertida” do guineense Carlos Lopes, para poder entender as gerações em que os dois autores estão inseridos, já que esse é um texto inquietante para muitos leitores desatentos. E mesmo com algumas ressalvas em relação às duras críticas feitas ao que ele chama de pirâmide invertida, ainda acredita-se ser importante a diferenciação que o autor apresenta nesse pequeno artigo publicado no *Annais do 5º Colóquio Construção e o Ensino de história da África*. Os argumentos do referido texto de Lopes podem ser resumidos em três eixos centrais: 1) a inferioridade africana, 2) a superioridade africana, 3) emoções controladas (LOPES, 1995, pp. 21-29). Trataremos dos dois primeiros nesse momento. O terceiro argumento será desenvolvido junto a subitem sobre Elikia M'Bokolo.

Segundo Carlos Lopes, o primeiro diz respeito aos discursos e as imagens construídas pelos europeus sobre a África para justificar a inferioridade africana e exaltar a superioridade europeia, criando assim um dualismo hierárquico, Europa superior/África inferior; Europa civilizada/África Selvagem. Dualismo este alimentado por inúmeros viajantes, exploradores e aventureiro, como também religiosos cristãos, católicos e protestantes, que desde o século XVI escreveram sobre o continente africano, suas belezas exóticas, incluindo os próprios africanos e seus horrores, costumes irreconhecíveis ao filtro das culturas ocidentais. Mas foi no século XIX, com o

cientificismo que alguns intelectuais criaram o que podemos chamar hoje de genocídio epistemológico dos saberes africanos. Por meio do discurso científico, não apenas os africanos se mantiveram no lugar de inferioridade (a partir de então cientificamente comprovado tendo, por exemplo, a antropologia física e seus resultados, como método), mas também toda produção de conhecimento do continente negro anterior e a partir dali foram vistos como superstições e achismos (negligenciando várias metodologias de apreensão e sistematização desses conhecimentos).

Entre esses intelectuais um dos mais citados, principalmente no campo das ciências humanas, mais especificamente na área da história é Frederic Hegel – considerado a pai da filosofia da história. Foi Hegel que afirmou que a África não tinha história, era um continente desprovido de pessoas racionais; e, portanto, impossibilitadas de exercerem o dom da evolução, de executarem as transformações históricas, pois lhes faltavam parte dos elementos necessários para produzir a dialética, para alcançar o espírito absoluto. A falta da escrita e do Estado eram provas dessa incapacidade racional que produz História e, portanto, nas palavras de Hegel, a África não tinha história.<sup>2</sup>

No entanto, sem nunca ter pisado em África, sua leitura sobre o continente a partir de relatórios de outros foi extremamente limitada; não conseguiu verificar o óbvio – outras escritas a partir de outros alfabetos ou outras grafias eram comuns, como também Estados centralizados ou não sob outras égides, que não a do Estado europeu republicano recém-criado. Certamente que não foi apenas Hegel que fez leituras impropriamente sobre o continente a partir de outrem; para todos, o continente só começou a conhecer a história depois da presença europeia. Frederick Barth, um alemão do mesmo período, foi mais audacioso, foi a África e fez inúmeras pesquisas em várias partes da África do norte. Nessas viagens se deparou com as Ta'riks al Fattash e al Sudan, ambas escritas em árabe por intelectuais da elite do reino de Songai em Tumbuctu no século XV. No entanto, seu olhar de superioridade não ultrapassou a linha da existência da história. Barth afirmou, ao contrário de Hegel, que a África tinha história, mas

---

<sup>2</sup> Muitos autores citam esse fato que está registrado em *The Philosophy of History* (HEGEL, 2002, pp. 116-119), entre eles Joseph Ki-Zerbo em *História da África Negra*, Tomo I (KI-ZERBO, 2020, p. 10); John Fage, "A evolução da historiografia da África" (FAGE, 2010, pp. 1-22).

que essa história estava em decadência e só a ação dos colonizadores poderiam trazer a glória novamente a África.<sup>3</sup>

Para não focar apenas nos intelectuais do século XIX, outros missionários, capuchinhos, viajantes, exploradores de séculos anteriores e mesmo os do século XX continuaram a criar teorias para comprovar o paradigma construído sobre a inferioridade africana sob vários aspectos, sejam religiosos, culturais, políticos, ou ainda biológicos a depender da época.<sup>4</sup> Sob as circunstâncias da colonização efetiva na África durante pelo menos a primeira metade do século XX, a escrita da História da África ficou restrita às ordens coloniais dos governos metropolitanos que direcionaram a História dos vários povos africanos para uma única história, segundo a qual o passado deles estivesse vinculados aos cidadãos das metrópoles colonizadoras, assim como seu presente e seu futuro. Portanto, a construção de uma história colonial, colonizada e parcial, preocupada com a ideologia da dominação ocidental foi entendida como a única e a verdadeira história da África e de seus povos, citando a literata nigeriana Chimanda Adichie no seu conhecido discurso “O perigo da história única” no TED em 2017.

Segundo Marina Berth, inclusive a literatura crítica sobre a própria colonização, em que se tem a típica obra de Joseph Conrad “O Coração das Trevas” (título original *Heart of Darkness*), publicado em 1899, são obras classificadas como coloniais, pois mesmo ao fazer a crítica ao sistema opressor, mantém a ideia de que os africanos não são capazes de produzir suas próprias histórias. Portanto, esse formato colonial, seja com ou sem críticas, não só ratificou a ausência de história africana sem a presença propositiva dos africanos, mas também a falsa inferioridade dos africanos diante de seus supostos ancestrais brancos do outro continente. (BERTH, 2009)

O segundo argumento que norteia o artigo de Carlos Lopes é o polo oposto da inferioridade africana, a sua superioridade. Trata-se da

---

<sup>3</sup> Aqui pode-se notar a recorrente ideia de que os africanos não são capazes de protagonizar suas próprias histórias. Mesmo que a tríade glória-decadência-glória, segundo Paulo Farias, teria sido proposta pela própria elite de Tumbuctu após a queda do Império de Songai, como uma proposta de aliança entre eles (os derrotados) e os estrangeiros (vencedores). (FARIAS, 2007)

<sup>4</sup> Como a imagem hobbesiana [Thomas Hobbes] de uma África pró-europeia, onde não existia noção de Tempo, nem de Artes, nem de Escrita; uma África sem Sociedade, marcada pela perpetuação do medo e pelo perigo de uma morte violenta; ou a imagem Roseana [Jean J. Rousseau] de uma Era africana dourada, plena de liberdade, igualdade e fraternidade. (MUDIMBE, 2013)

historiografia praticada pelos primeiros historiadores africanos das recém nações libertas do julgo colonial, como Ki-Zerbo, Theophilo Obenga e Cheikh Anta Diop, que, ao escrever rebatendo o discurso de inferioridade africana, não superaram tal dualismo imposto pelo próprio imperialismo (branco x negros, civilizado x selvagem). Segundo Lopes, fizeram mais que se limitar a responder a História colonial, mas, no entanto, ficaram presos a essa abordagem ideológica. Assim, construíram, segundo o autor, uma História que inverteu a base da pirâmide, colocando, os africanos no topo. Apresentaram os africanos seguindo o padrão de auge e glória, heroísmo e até de dominação sob outros povos. Onde antes lia-se protagonismos europeus, passou-se a ler protagonismos africanos, mesmo que os fatos fossem os mesmos e os dois sujeitos estivessem atuando na mesma circunstância descrita. Para Lopes, os discursos destes primeiros historiadores repousam em dizer: a “África também tem história, ao invés de simplesmente dizer a África tem história” (1995, p. 22).

Ao fazer esta crítica, Carlos Lopes quer chamar atenção aos novos historiadores africanos para um olhar historiográfico renovado que supere a visão dualista África/Ocidente, uma historiografia que não reproduza discursos coloniais, mas que também não se limite a responder a esses discursos, que a inferiorização imposta pelo ocidente a África não seja um lado da moeda, pois o outro lado, a superioridade africana, é também um tipo de fazer história que sufoca uma análise mais holística sobre as realidades históricas africanas. Com efeito, o guineense infere uma ciência histórica voltada a compreender os problemas do continente, fato que se identificam mais com autores da geração subsequente, como Elikia M'Bokolo.

A tese de Lopes baseia na mesma lógica do argumento de Valentim Yves Mudimbe, na sua obra “A Invenção da África”, onde faz uma longa discussão para mostrar como foi construída a ideia de uma África radicalizada numa imagem fixa, cheia de características que a degradam, pois, constituída de um movimento de negação de si mesma. Pode-se nesse bojo fazer referência a obra de Alberto Memmi de 1957, em “O retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador”, apresenta uma imagem clara do espelho que reflete, em qualquer circunstância, o homem branco, independente de quem está a olhar para ele (2007).

A invenção da África, essa negada pelo espelho do colonizador branco, começou com os europeus e se expandiu para todos os povos que se identificam com o lugar do opressor. Os inúmeros métodos científicos que serviram de instrumental à colonização, como a própria antropologia e as etnografias de administradores, mas também os estudos exploratórios e geográficos tinham o objetivo incontornável de estudar o africano, construindo-o como objeto de pesquisa, fixando-o nesse lugar de ser observado, analisado, estudado, que pode ser denominado como africanismo.

Assim, criou-se o objeto de estudo do branco, o negro. Paradigma dificilmente rompido ainda hoje nas ciências humanas, que temos a maioria dos intelectuais especialistas em estudos africanos brancos e de fora do continente. (CARDOSO, 2018) Esse objeto de estudo concebido pelos europeus cria a ideia da “pura essência africana” para justificar uma alteridade de superioridade racial europeia; a essência africana, neste sentido, diz respeito às “coisas eternamente do negro e das suas tradições involuídas”, marcas da inferioridade. Para Mudimbe, essa ordem do discurso sobre a África foi retomada pelos intelectuais africanos e seus descendentes nas Américas, porém, sob outra forma, mas que mantém a mesma base que ordena a prática do saber africano, na busca de uma essência ou pureza das culturas de matrizes africanas. A busca da essência, seja do negro, ou do branco, mantém o dualismo como fórmula de análise de estudo, mas também como baliza para as experiências históricas.

Ainda no campo da dualidade, Mudimbe se refere à continuidade do entendimento da África como um continente puramente negro, em oposição a uma Europa totalmente branca, da benignidade das tradições africanas para contrapor as suas diabolizações ocidentais, da unicidade dos africanos, tal qual os europeus tinham-nos concebidos, contra diversidade europeia e etc. Em suma, as categorias e as realidades negativas (as essências africanas) inventadas pelos europeus para dominar a África foram apropriadas como positivas pelos africanos e afrodescendentes no contexto das lutas pelas independências na África e luta para direitos civis nas Américas. Foram também retomadas pelos intelectuais africanos na pós-independência como se fossem “verdadeiras”, aceitando assim uma ordem

de conhecimento ontologicamente ocidental e colonial. Em instantes, volta-se, assim, ao pequeno texto de Carlos Lopes.

Como se sabe, o desejo, tanto de Lopes, quanto de Mudimbe é de superar e libertar-se desta ordem ontológica de produção de saber sobre África. No entanto, entende-se que de fato a historiografia dessa primeira geração tem um forte olhar baseado nesse dualismo Ocidente/África; a condição temporal desses intelectuais das lutas de independência, como do pós-independência influenciaram esses autores a produzir tal tipo de História. O que Lopes, apesar de deixar as indicações para um debate mais profundo, não o faz, já que se está falando de um pequeno texto publicado no Anais dos Encontro de Estudos Africanos; provavelmente em fins do século XX, estava preocupado em livrar os novos historiadores do fardo africano em ter que responder ao “fardo do homem branco” em qualquer produção acadêmica e sim poderem simplesmente escrever História da África.<sup>5</sup>

Portanto, o equívoco está em ler o artigo de Carlos Lopes como uma simples concepção de uma historiografia às avessas (inversão da pirâmide); deve-se lembrar, sobretudo, da intitulação que Lopes propõe para explicar as diferenças entres as gerações. A história colonial e a história das independências teriam produzido histórias ideologizadas (inferioridade africana e superioridade africana), enquanto a geração mais recente trabalha com a ideia de histórias complexas. Portanto, os autores da geração que lutaram nas independências precisam ser reconhecidos como pioneiros e precisam de ser compreendidos nas suas condições temporais e sociais, pois, como todos os homens, são filhos de seus tempos.

Deve-se indicar, ademais, que as produções dos intelectuais da luta da independência extrapolam, em grande medida, esta categoria de pirâmide invertida. Observar isso, é exatamente inseri-los dentro das suas respectivas experiências históricas, tempo da construção da identidade africana, de quebra da pesada falsidade da inferioridade africana, do fim do mito do homem branco – como explica M’Bokolo, tempo do pan-africanismo, da negritude e de nacionalismo, tempo de (re)criar a autoestima subvertida

---

<sup>5</sup> Mudimbe se refere ao poema “O fardo do homem branco” de Rudyard Kipling em 1899, onde o inglês fazia reverência ao imperialismo e a função crucial dos europeus em civilizar a África (MUDIMBE, 2013).

pelo ranço escravocrata e colonial, enfim, tempo de luta pela libertação total da África.

Colocar este problema, é também lembrar que a ciência não é neutra. A produção de conhecimento é sempre uma ciência do presente, pois seu objeto, seus problemas estão relacionados às preocupações do tempo dos autores. Portanto, a historiografia produzida no período das independências dialoga com análises mais calorosas, vinculadas aos conflitos declarados, quando não armados, entre colonizador e colonizado. Esse engajamento é próprio da preocupação daquele momento histórico e não tira a lucidez científica das obras e nem tão pouco a riqueza e colaboração dos textos para a construção da História da Humanidade.

### **Joseph Ki-Zerbo e o escrito sobre Bilad es-Sudan**

Joseph Ki-Zerbo é um dos historiadores do tempo das independências. Nasceu em 1922 no atual Burkina Faso e morreu em 2006, fez ensino básico no seu país de origem e ensino superior em Sorbonne/Paris, onde obteve a graduação com grau de honra em 1955. Voltou para seu país em 1960 (ano da independência do seu país), mas antes deu aula ainda em França, depois em Senegal e Guiné-Conakry. Neste último país ficou apenas um ano (1958-59) e participou como um dos jovens intelectuais pan-africanistas a rejeitar a constituição francesa, ato que deu por completo a independência daquele país então liderado por Sekou Turré.

Depois da estada em Guiné-Conakry foi para o seu país atual Burkina-faso (então Alto Volta) recentemente independente, que precisava de quadros, tanto para administração, como na área de docência. Chegado lá, Ki-Zerbo não só trabalhou como professor, mas também se engajou politicamente (como outros historiadores dessa geração) para construção da sua nação e para libertação de toda África, foi ainda líder do partido PDP - Parti pour la Democratie et le Progrès. Um marco de seu trabalho intelectual pode ser em 1972, quando publicou a coleção de dois volumes “História da África Negra”, que serviria como um grande manual de História da África, desde os tempos pré-históricos a atualidade, passando por várias regiões geográficas; outro grande marco, iniciado em 1964 e só finalizado 1999, é a coleção História Geral da África, financiada pela UNESCO, a qual foi

organizador do primeiro volume. Esse artigo está focado em parte das sessões quatro e cinco, procurando repertoriar os Estados Sudaneses, se referem aos subitens B) da quarta sessão “O gana” (1976, pp. 133-141), A) da quinta sessão “O império do Mali” e B) também da quinta sessão “O império de Gao”, que contém no seu item 5) “Estruturas do Império de Songai” (1976, pp.164-190) da obra “História da África Negra”, tomo I. Esse tomo 1 trata da metodologia de pesquisa, pré-história e história do período anterior à colonização e o tomo 2 trata da colonização, independência e pós-independência até 1972.

Com esta pequena descrição, dar-se-á início a análise da forma e problemas apresentados pelo autor sobre os temas com o intuito de mostrar a produção de Ki-Zerbo como resultado do diálogo com o seu tempo, das suas experiências com o nacionalismo e o pan-africanismo.

O autor divide as sessões por datas cronológicas. Por isso a área geográfica Sudão ocidental fica dividida em mais de uma sessão. A sessão quatro trata-se do século VII ao século XII; e, portanto, junto com Gana, pode-se encontrar, expansão árabe, os Almorávidas, a Nubia e Aksum. Já na sessão cinco, ele aborda também Sudão central, Kanem-Bornu, Yorubas e Benin, Etiópia, África central, África meridional e oriental, Chade e Nilo, além de um subitem diretamente relacionado com economia da África ocidental em que ele retoma o Manden e os Hauças, contidos, respectivamente, nos subitens anteriores, O império do Mali e Sudão central.

Não há dúvida a abordagem detalhista e separada em recortes temporais e setoriais: política, economia, cultura e religião; além da divisão temática por origem, apogeu e declínio. Ao falar de Bilad es Sudan, o burkinabe apresenta os três reinos dentro dessa perspectiva cronológica, e faz as relações necessárias entre os povos da África do oeste e estrangeiros. No caso de Gana, ele apresenta a relação da queda do Império com o movimento Almorávida também em processo de declínio. Já ao tratar de Gao, ele apresenta os sonnins como o povo estruturante do Império de Songai, ainda mais complexo politicamente que o Império do Mali.

De toda forma, seja por preferência ou possibilidade documental, é o Império do Mali aquele mais trabalhado no tomo. Talvez por ser visto como o mais duradouro e representativo dos Impérios pré-coloniais no Sudão ocidental. É um reino envolto de narrativas e epopeias, tanto nas versões das

escritas árabes e em outras línguas mais recentemente, quanto nas versões orais, com mitos fundadores, tradições inventadas. Além de uma tendência em apresentar o Mali como resultado da decadência de Gana e a decadência de Mali com o surgimento de Songai; tendência essa que o autor consegue fugir, delimitando o tempo cronológico e introduzindo para Songai a relação com o império de Gao. De qualquer forma, os três impérios são notórios na história africana, marcam cada um, na sua especificidade, o contanto do continente com os europeus e árabes – foram ricamente registrados por viajantes árabes que desde o século VIII circularam muito no Sudão.

A sua análise segue uma ordem cronológica desde a origem à decadência, passando pelo seu apogeu que era recorrente na historiografia metódica, principalmente no século XIX. É um modo de narração determinista, pois a sua composição narrativa enseja etapas que um Estado tivesse que passar peremptoriamente. (BOURDË; MARTIN, 1983) Esse tipo de historiografia concentrada no Estado, mostrando sua grandeza ou fraqueza, foi muito utilizada pela História cientificista e apropriada pela história Nacionalista no século XX em África. A história nacionalista necessitava de fortalecer a ideia de Estado, assim como de ascensão e glória de formas de governo que naquele momento em África deveriam dar conta da ideologia de fundação dos Estados-nação recém-criados. A existência de Estados gloriosos em períodos anteriores foi simbolicamente importante para compor esse espaço geopolítico autônomo. Quando trata de questões como economia, religião, ou política, Ki-Zerbo as faz de forma separada e não as abordam de forma profunda, o que reflete uma influência da primeira geração das escolas dos Annales, que pensa a História Total, tentando abordar todos os aspectos da sociedade, buscando apresentar uma base estrutural da sociedade (BURKE, 1997).

Joseph Ki-Zerbo foi um dos discípulos de Fernand Braudel - fundador da revista escolas dos Annales – enquanto aluno da École de Hautes Études de Paris/Sorbonne – e com ele apreendeu a pensar a história não apenas total, estruturalista, mas também interdisciplinar. Assim, quando faz a revisão da História da África, a interdisciplinaridade ganha bastante destaque, podendo ser verificada em ao menos dois capítulos de livros, um na própria coleção que estamos analisando, outro no primeiro volume da coleção História Geral da África (2010). Como todo discípulo, Ki-Zerbo

superou Braudel; apesar de Braudel ter dado aula em Argélia e Brasil, o historiador não conseguiu apreciar a produção de conhecimento desses locais. A partir dessa sua experiência no exterior, ele conseguiu observar a história de uma maneira mais ampla e interdisciplinar, essa foi aprendizagem que obteve com África e América. No entanto, a valorização dos saberes locais, o protagonismo do mundo africano ficou por conta de seu discípulo, J. Ki-Zerbo (FLORES, 2008).

Diferente, de Jan Vansina (2010) ou Amadou Hampaté Bâ (2010), Joseph Ki-Zerbo não se dedica à metodologia da história oral, nem tão pouco à análise de sociedades orais. No entanto, no que refere as fontes usadas por Ki-Zerbo, é notório a intensidade da valorização do uso das fontes orais, mesmo que não seja a única ou a principal fonte de pesquisa do autor. Principalmente, quando trata de império de Mali e ascensão de Sundjata Keita, o uso da oralidade como fonte fica evidente. Para o tema do Mali, a tradição oral é muito cara. O surgimento da função social do Djeli e toda a saga de Sundjata Keita é parte crucial da história do império do Mali, portanto Ki-Zerbo fez jus a esse tema e conseguiu escrever uma bela narrativa sobre o heroísmo de Sundjata a partir dessa porção de história oral, fruto da própria dinâmica do Sudão Ocidental (NIENI, 1982).

A figura do Djeli, ela própria é a representatividade maior da tradição viva, da importância do registro do passado por meio das histórias contadas e cantadas desses tradicionalistas que até hoje encantam as sociedades da África ocidental e do mundo todo. Hoje são bastante repertoriados para participarem de festivais musicais, principalmente pela habilidade com o instrumento cora, mesmo que sua função original na sociedade Mandinga seja mais complexa e completa, incluindo esse viés de registro do passado. Nessa mistura de encantamento, misticismo e produção de conhecimento histórico, os Djelis são os narradores oficiais da História do Império do Mali desde sua criação, perpassando as relações com outros Impérios como Gana, Songai, mas também Gabu, entre outros.

Ki-Zerbo traz à tona esse importante sujeito social; e, como consequência de seu trabalho entre os pioneiros em destacar a figura social do Djeli na escrita da história da África, raras vezes faz a crítica aos documentos orais, aprofundando a reflexão sobre o uso dessa fonte e sobre o tema em si. Sabemos que as fontes orais, sobretudo, àqueles referentes aos

Estados, exaltam mais as cortes e linhagens do rei, do que os interesses e preocupações de pessoas comuns. Boubacar Barry (2000) apresenta os documentos orais como algo imprescindível à produção histórica, mas ele é bastante categórico em destacar vários elementos importantes à crítica ao documento (quem produziu, por que produziu, para quem produzir, com qual intuito produziu, onde produziu, quando produziu) que devem ser aplicados as fontes orais, tal como se aplica às fontes escritas; mesmo que entendendo as especificidades dessas fontes em uma sociedade oral.

No instante, pode-se destacar a interpretação de Boubacar Barry para contribuir com a metodologia do uso das fontes orais na sociedade Mandinga. Ele classifica o uso da tradição oral em três momentos distintos, especificando três estágios de transformação desse uso na Senegâmbia (campo de trabalho do autor - região mais ao sul de Império Mali): 1) Antes da Islamização, 2) Era Islâmica e 3) Presença Europeia (principalmente francesa que ocupou maior parte dessa região).<sup>6</sup> Do primeiro ao terceiro estágio, a oralidade sofreu uma densa transformação que ocorre segundo interesse do poder instalado. Se no período antes do Islamismo, por exemplo, os mestres<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Senegâmbia – é região mais ao Sul de Império do Mali que fazia parte também de território Bilad es-Sudan. “[...] Constitui a vasta região nas curvas do Rio Senegal e do Rio Gambia, começando nos “planaltos do Futa Jalon até as suas desembocaduras do oceano Atlântico. [é onde situam hoje os estados atuais, conhecidos por Senegal, Gambia e Guiné-Bissau e parte da Mauritânia do Mali e da Guiné-Conacri. “Esta região corresponde aquela finisterra do oeste africano abertamente virada para o Oceano, no cruzamento dos caminhos entre o Sara, a Savana e a Floresta”. (BARRY, 1990, p. 4)

<sup>7</sup> Hampaté Ba, no seu artigo “A Tradição Viva” no primeiro volume de Coleção de História Geral da África (2010) traça um apanhado geral sobre a dinâmica da tradição oral dos Manden, mostrando ao pesquisador os caminhos da pesquisa e também a possibilidade de lidar com essas fontes. Para Hampaté Ba, a estrutura e todo funcionamento da sociedade oral é fundamentada pela própria tradição oral fazendo assim a comparação com o papel da escrita hoje na sociedade contemporânea. Ao fazer indicações de detetores das tradições, segundo esse autor, quer dizer que neste tipo de sociedade, de forma geral, todo velho é um conhecedor e guardião de memória familiar, de linhagem ou de estado. Mas há detetores de oralidade por excelência; são os *Doma* (eruditos), os *Djeli/Griôt* (genealogistas-historiadores, trovadores, etc), ferreiros, entre outros. Todos estes conhecedores são comprometidos com a palavra/fala tomando-a como sagrada, o que não pode ser proferido de qualquer jeito. Todos se comprometem com a verdade e bom uso de fala. Porém tem exceção quanto se trata dos Griôt, há certos griot cuja função legitimada pela sociedade é divertir o público, este pode usar a palavra como quiser, também as suas palavras não são levadas a sério. Os griôt genealogistas procuram conhecer as linhagens das famílias e podem remontar muitas gerações passadas, eles podem ser convidados nos eventos, principalmente da corte, para delinear e exaltar a origem e a grandeza da linhagem dos reis. Traçado isso, Hampaté Ba abre o caminho para a crítica a oralidade como documento para o pesquisador. As fontes, pois, não podem ser vistas como histórias acabadas que não necessitam mais da crítica do historiador-acadêmico. As informações, por exemplo, de funcionamento administrativo do Império Mali, precisam de ser buscadas para além das informações oficiais do Estado, o pesquisador pode ir atrás dos demais detetores da tradição oral fazendo comparações críticas das suas informações, evitando assim de reproduzir história do Estado que pode ser hegemônica e que reprime as narrações singulares de pessoas ou grupos particulares.

de palavras, Djeli (griot em francês) denominados também de genealogistas ou historiadores, estavam alinhados aos interesses de Mansa (título do rei do Mali) e das outras chefias dentro de quadro de um mundo da cosmovisão ancestral; no período Era Islâmica, a oralidade e a sua transcrição, que Barry chamou de fixação oral, cumpriu papel até de tentar ligar as descendências de corte de Mansa aos árabes e; no período da Presença Europeia, tanto a sua transcrição direta a partir dos mestres de palavras para línguas locais, quanto de traduções a partir das primeiras transcrições árabes para outras línguas europeias, a oralidade sofreu de novo outra transfiguração passando também a cumprir outro papel de servir o interesse do colonizador.<sup>8</sup>

Interessa que no período posterior a esse denominado de Presença Europeia, nas circunstâncias das independências africanas, e logo após essas, os historiadores de África lançaram-se a valorização da tradição oral, segundo Barry, com o cunho ideológico. Em alguns casos como Senghor, ele ainda delimitou as tradições orais nas artes e chamou para a história heróis vinculados à colonização; no entanto essa tentativa de conjugação da história colonial com a história da negritude – para usar o termo de Senghor - teve que ser revisto por seu sucessor, que já na década de 1980, não conseguiu mais afirmar um nacionalismo baseada em uma unidade moderna, o que provocou a valorização da diversidade de epopeias e tradições oral sendo utilizadas como marcos históricos a depender da região da Senegâmbia (BARRY, 2000, pp. 42-43). Fato, é que as tradições orais passaram, não apenas para o Senegal, mas para outras regiões africanas, a serem tratadas como a essência do passado africano e por isso apropriadas pela história, mas também por outras disciplinas, como literatura. Colocadas estas questões, Boubacar Barry chama atenção aos novos historiadores africanos a necessidade de uma acentuada crítica a oralidade, como fonte histórica, deixando de vê-la como história acabada, como é notório para os historiadores da primeira geração, incluindo Ki-Zerbo. Para Barry, os

---

<sup>8</sup> Um exemplo dos interesses europeus por essas transcrições é Henrich Barth (1849-1855). “Barth, alemão poliglota que conhecia bem a língua árabe e aprendeu outras línguas na África [...] com sua descoberta da existência de longas narrativas históricas escritas por autores nascidos e educados no próprio Sudão, e animadas por vontades de saber e poder de outras narrativas que não a europeia, Barth varreu do mapa aquela pretensa alteridade – pelo menos aos olhos de observadores sérios [...] o interesse de Barth pela história do Sahel aparece simplesmente como um instrumento para a fabricação de uma nova alteridade africana, diferente daquela construída por Hegel, e como um apelo a missões europeias (re)civilizadoras” (FARIAS, 2007, p. 09-11).

documentos orais merecem uma crítica como quaisquer fontes. Embora o senegalês infira a sua fala para os historiadores da região da Senegâmbia, seu conselho serve para todos os historiadores africanos.

Entretanto, Joseph Ki-Zerbo, o burkinabe, justifica a reprodução do registro sobre esse Império via oralidade pela falta de fontes escritas referentes a origem do Império de Mali e ascensão Mansa Keita; esse viés acabado de olhar para a oralidade acaba por induzir outro tipo de problematização que é a busca pela origem do Império, questão própria das sociedades orais que versam muitas das suas regulações sociais a partir de mitos fundadores. Cabe ressaltar que neste tipo de história baseada na grandeza do Estado, um dos principais objetivos desses historiadores nacionalistas da pós-independência, é também uma das principais funções dos mestres das palavras, os Djelis ou griots. Por isso, a valorização das tradições vivas ou orais pelos historiadores no pós-independência recorta essas narrativas estimando aquelas sobre os “grandes homens”<sup>9</sup> as melhores pra serem transcritas como passado africano.

De qualquer forma, seria retirar Joseph Ki-Zerbo do seu contexto social, exigindo que o autor fizesse a crítica aos documentos orais, tal qual faz-se com os escritos, num momento que ainda era necessário convencer a ciência de que a oralidade servia como documentação. É mais sobre a desconfiança que a ciência nutria sobre as fontes orais que Ki-Zerbo fala, do que propriamente a complexidade do uso dela como fonte. Mas, J. Ki-Zerbo estava olhando por outro ângulo, a partir da sua experiência histórica, a sua maneira de escrever história aspira as grandezas africanas, seus Estados; desafiando a visão ocidental de uma África a-histórica, de uma visão essencialista de uma África primitiva, ao mesmo tempo, que procurava construir a História Nacional. Elikia M'Bokolo, denominado no mesmo texto de Carlos Lopes, como sendo da terceira geração de historiadores africanistas, é classificado assim, pois não parte de análises dualistas (afirmando a superioridade negra em resposta a História Colonial) e nem tem uma produção versada sobre a História Nacional.

### **Elikia M'bokolo e o seu escrito sobre Estados Sudaneses**

---

<sup>9</sup> Expressão de Jan Vansina a se referir aos sujeitos detentores de poder políticos na África Central, principalmente no Reino de Tio e Kongo (VANSINA, 1990).

Elikia M'Bokolo nasceu em 1944 no antigo Congo belga (atual República Democrática do Congo) começou ensino básico no seu país, foi para França juntamente com seu pai na década de 1960, onde terminou seu ensino básico e também, mais tarde, a sua formação superior em letras clássicas. Em 1971, teve seu doutorado em *agregación* em ciências sociais com especialidade em história na *École Normale Supérieure*, escola onde também estudou J. Ki-Zerbo (ASSUNPÇÃO, 2017).

Diferente de seu mestre Ki-Zerbo, M'Bokolo vivenciou o colonialismo na infância, já na França participava dos movimentos jovens negros. A sua maturidade científica já vai ser no período pós-colonial. A primeira publicação do seu livro "África Negra, História e Civilização" foi em 1992. Entre essa publicação e a de Joseph Ki-Zerbo em 1972 é possível pensar as mudanças que ocorreram em África, no mundo, como também na própria historiografia africanista. A África, por exemplo, já era independente do colonialismo havia 30 anos, enfrentado doravante grandes dificuldades na construção das novas nações e novas sociedades outrora imaginadas numa unidade pelos primeiros historiadores, líderes políticos e sociedade civil. Unidade essa, que depois das independências, foi colocada em xeque pelas pluralidades culturais nacionais, pelos diferentes projetos de nação, pelas burguesias homogêneas – fruto dos nacionalismos unipartidários, pelas influências econômicas do FMI, pelas diretrizes de boa governança do Congresso de Washington, pela ajuda deliberada da ONU. (ARRIGUI, 2002) Ainda assim tornaram-se nações soberanas, no entanto internamente continuaram a lidar com as antigas fronteiras coloniais e serem assombradas pelas hierarquias étnicas produzidas pelo colonialismo.<sup>10</sup>

Daí é possível entender a potência do olhar de M'Bokolo, como também do próprio Carlos Lopes, que se colocam em uma relação crítica a historiografia dos anos 1960-80. É nesse exercício consciente e não por isso menos crítico que M'Bokolo se propõe a revisar a obra de dois volumes de Joseph Ki-Zerbo, seguindo a mesma divisão para cada volume, como

---

<sup>10</sup> Sobre as hierarquias entre as etnias produzidas pelo colonialismo ver mais em Mahmood Mandani, que explora as marcas de inferioridade, que criam um quadro de diferentes "tradições involuídas" incorporadas no âmbito da marginalidade social, prescrita pelo campo jurídico colonial, que se mantém pós-independência (MAMDANI, 2016, pp. 275-410).

também a sequências dos temas. Mas, no entanto, re-intitula a obra de “África Negra: História e Civilização”, introduzindo a palavra Civilização como um elemento dado e não a ser comprovado – que é o caso na obra de Ki-Zerbo “História da África Negra”. Os temas também são retomados a partir de outras problematizações; às fontes são acrescentadas outras e recebem a crítica metodológica, que vai sendo explicitada no decorrer da própria obra.

A começar então uma análise do trabalho de M'Bokolo sobre o Bilad es-Sudan no volume 1 da obra citada podemos dizer que o autor pensa a história de forma processual. Se concentra em entender os processos históricos, respondendo tipos de perguntas: como é que chegamos a tal situação? Quais fatores exógenos e endógenos que influenciaram tais situações no tempo e no espaço? Como se deu as relações de poder dentro desse contexto? Quais os sujeitos históricos (coletivos ou indivíduos) envolvidos e seus interesses? Além de pensar para além dos processos, que se encontram numa duração conjectural, o autor também pensa a partir de outras durações, como a longa duração e a do cotidiano. Se Ki-Zerbo tenta dar conta de uma história total, M'Bokolo tentar dar conta da revisão historiográfica de maneira ampliada; a cada um ou em quase todas as apresentações dos temas, o autor traz uma abordagem rica sobre as várias visões e variantes da escrita da história sobre o tema. Ao tratar dessa revisão historiográfica, acaba por trazer a longa duração em vários momentos aproximando algumas vezes da história estruturalista, base de fundo da visão de Ki-Zerbo. Por outro lado, traz eventos pontuais, apresentando documentos específicos, normalmente destacados em caixas específicas em destaque no corpo do texto.

M'Bokolo apresenta Bilad es-Sudan como um todo, para ele não cabe a análise desse espaço geográfico a partir dos Império singulares de Gana, o de Mali e o de Songai, ou ainda qualquer outro menos citado como Kaabu. Ele vai chamar esse capítulo de Estados Sudaneses e os analisará por um viés que valoriza uma dinâmica interna própria desse espaço geográfico através do tempo – séculos IX a XVII, incluindo a influência islâmica, como um dos fatores principais desse recorte temporal de longa duração. Apresenta os Impérios como estados que coexistem e disputam, ao longo do tempo, (n)aquele espaço geográfico e também político e comercial, em

processos conjunturais, onde o islamismo se apresenta de maneiras bastante diferentes.

Ao falar das povoações do Bilad es-Sudan, M'Bokolo não se alinha aos debates nacionalistas ou pan-africanistas, se distanciando da classificação simplista de meados do século XX em que esses Estados eram os Estados essencialmente Negros ou Africanos propriamente dito, por estarem à margem do deserto do Sahara e ser classificado naquele período como o limite entre a África Branca (do Norte) e a África Negra. O autor pensa nas trocas comerciais e, conseqüentemente, populacionais, apresentando um conjunto áreas urbanas cosmopolita e as relações dessas áreas com a população e produção camponesa.

Apesar de Ki-Zerbo não minimizar a miscigenação da população de Bilad es Sudan, M'Bokolo foi mais profundo ao destacar essa miscigenação, mostrando a contribuição de várias origens, incluindo povos estrangeiros, tais como berberes (da África do norte) e árabes. O congolês começa desde a descoberta arqueológica do período proto-histórico que apresenta um grande número de esqueletos do tipo não negro (41% não negroide contra 25% negroides, entre 66 esqueletos apresentados) questionando, desse modo, o nativismo africano de caris nacionalista. Contudo, M'Bokolo não torna explícito os métodos dessa classificação do tipo negro e não negro, lembrando que muitas vezes, mesmo com essa variação apresentada por M'Bokolo, o africano ainda é visto com um único fenótipo; por isso qualquer classificação precisa tornar os métodos classificatórios evidentes, de modo a constranger a reprodução da ideia de um tipo de africano puro, que é exatamente o que o autor está contestando (M'BOKOLO, 2009, p. 123).

Segundo M'Bokolo, o contacto entre os povos berberes e os sahlíenos se deu antes e depois da era islâmica no continente. Mostra que já existiam trocas comerciais de povos de Sahel com os principais povos do deserto de Sahara, como *samadja* e *tuaregues*, antes da chegada do islão e que após esse o comércio se amplia. O autor ainda supõe a presença dos judeus no período anterior ao século XV, porém, não chega a comprovar este fato; o eco judaico se tornará evidente com participação de judeus na escravatura atlântica (M'BOKOLO, 2009, pp. 125-126).

Ao falar da questão política e econômica, o autor traz para o debate a relação entre a população urbana e rural. Para ele, é imprescindível a

demarcação das sociedades dessa região serem na sua grande maioria urbana ou nômade. A vida urbana islamizada tornou-se pós século IX cada vez mais o padrão social no Bilad es-Sudan. O autor desconstrói uma visão acentuada no Estado e traz a contribuição das populações rurais (muitas vezes nômades) que sustentavam as cidades, como também fez Ki-Zerbo ao falar especificamente de Songai. M'Bokolo, diferentemente, traz essa como uma das problemáticas centrais da sua análise, mostrando como que esta contribuição nem sempre acontecia de forma benevolente. Há alguns povos que eram submetidos a escravatura, como os *Chi* e os *Tyidinketa*, destinados a fornecer permanentemente determinados produtos como cereais ou peixe a Songai e eram vulneráveis perante a lei desse Estado, já em contato com o islamismo (M'BOKOLO, 2009, pp. 151-152).

No que toca à questão da fonte, o autor entrecruza várias fontes, ao ponto de não se notar a presença predominante de nenhuma das fontes, incluindo as orais de forma crítica. A oralidade apareceu principalmente destacada como uma visão reguladora das sociedades em questão, como também em momentos de destaque para alguma narração sobre a formação de um Estado. Cada suporte documental tem uma função dentro da teia da escrita da História de Bilad es-Sudan apresentada por M'Bokolo. A precisão do ofício do historiador é evidente quando os fragmentos do passado – diversas fontes – trazem diferentes visões das experiências históricas que o autor procura tratar. Assim, pode-se afirmar que apesar da formação dos Estados ter um papel importante no texto do autor, o descomprometimento com a História Nacional é um fator importante para a ampliação de outras abordagens sobre os Estados Sudaneses e é isso que torna o texto de M'Bokolo um texto do século XXI, em que a complexidade das sociedades africanas estão evidentes nas várias formas de definir o objeto de estudo.

### **Considerações Finais**

Considerando que o presente determina a problematização do objeto de pesquisa sobre o passado, pode-se pensar a experiência historiográfica da geração da independência como um esforço para libertação e autonomia da África em vários sentidos, por uma ideia de uma nova África, um novo

homem, uma nova História. A geração seguinte, já com África livre, deixa-nos inquirir sobre suas experiências historiográficas, vinculadas às críticas, às reformulações, aos questionamentos, seja aos governos, às organizações não governamentais, aos movimentos sociais, à própria historiografia. Sem deixar de mencionar que essa mesma divisão entre dois momentos da historiografia africana pós-independência não é algo fixo e que define todo o escopo de produção historiográfica sobre a África a partir de meados do século XX. Essa é apenas uma forma didática de definir alguns dos movimentos principais do debate sobre a escrita da História da África hoje, no entanto, sabe-se de inúmeros autores que estão no limiar entre esses dois espaços. Historiadores que também se transformaram no tempo, como é o caso de Amir Samir, o próprio Boubacar Barry entre outros.

A decepção com os discursos de unidade africana e a velha ideia de movimentos nacionalistas transformador, baseado no homem novo foi, no pós-independência, esvaziado de sentido, pois as pluralidades africanas precisam de ser consideradas e compreendidas para além do colonialismo e dos Estados Nacionais (BARRY, 2002). As disputas sociais e políticas também necessitavam de uma compreensão histórica desinteressada na dualidade Ocidente e África para ser capaz de criar brechas para outras propostas, outros projetos.

Assim, a geração atual – há de se dizer, principalmente os jovens intelectuais do século XXI, traz uma esperança historiográfica e também social de uma nova era constituída por pluralidades de lutas políticas que (re)aparecem depois de uma época finda da utopia e da distopia. É sob esta perspectiva temporal que as novas gerações de historiadores devem continuar a escrever história, transformando e superando as propostas de seus veteranos, tal qual M'Bokolo fez com Ki-Zerbo.

Com essa afirmativa de distinção geracional não se pretende dizer que uma perspectiva é melhor que outra, pois uma complementa a outra, cada qual compromissada com a sua temporalidade. A diferença temporal entre as gerações só marca diversidades de narrações, no caso dos dois historiadores africanos tratados aqui, Joseph Ki-Zerbo e M'Bokolo. Há de se enfatizar que a perspectiva detalhista de Ki-Zerbo complementa o olhar conjuntural sobre as experiências históricas, mesmo que marcadamente nacionalista. Enquanto M'Bokolo busca os processos, ao mesmo tempo que

pontua eventos e que norteia um olhar mais a longo prazo. De qualquer forma, o estruturalismo é sem dúvida uma perspectiva que ambos dialogam. Outrossim, o viés pan-africanista de Ki-Zerbo não está presente em M'Bokolo, mas o segundo não deixa de carregar consigo questões essenciais do debate pan-africanista, nem tão pouco da negritude – ou seja da afirmação do protagonismo negro e da valorização dos saberes africanos. Assim, por último deve-se ressaltar a semelhança entre os dois autores no compromisso com a descolonização histórica do continente.

É necessário dizer que a abordagem dos trechos dos primeiros volumes das obras desses autores ainda está por ser feita. Aqui é apenas um ensaio das primeiras impressões, baseada no tema dos Estados e povos do Bilad es-Sudan e nos debates sobre a historiografia africana hoje. Ainda cabe ressaltar, que apesar de não haver uma discrepância entre o que se pesquisa em História da África e o que se ensina de História da África no Ensino básico, como ocorre em outros temas; a escolha da abordagem, a preferência por apresentação de um ou outra fonte, ou nenhuma, são feitas pelo autor da sessão do livro didático – que deve seguir vários regulamentos muitas vezes que causam empecilhos para a livre problematização. Ainda assim, e por isso mesmo, é possível ter diversas perspectivas historiográficas, de qualquer uma dessas gerações, sendo apresentadas hoje no Ensino básico de História da África. Os Estados ainda têm um grande valor para a História ensinada em qualquer tema e a África, nesse sentido não foge a regra. No entanto, é o ofício do professor que faz do ensino algo revelador sobre as indagações, problemáticas presentes que vão reger a aula de História; sendo aula de História da África, o aspecto do compromisso com uma educação antirracista, ou seja, com a valorização do protagonismo e saberes africanos são basilares para a continuidade de futuras gerações interessadas em pesquisa sobre África. Imagine com a notável mudança na historiografia africana de uma geração para a outra, com o acúmulo de conhecimento sobre história da África que vem se dando nos últimos 20 anos no Brasil, qual é o compromisso que os jovens de hoje devem ter com a escrita, o ensino e a práxis da História africana?

## **Referências Bibliográficas**

ADICHIE, C. **A história Única**. TED – Ideas Worth Spreading – Free Talks. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ>. Acesso 15 de jun. 2021.

ARRIGUI, G. “La crisis Africana aspectos derivados del sistema-mundo y aspectos regionales”, – presentado inicialmente en la conferencia. **The Political Economy of Africa Revisited**. Institute for Global Studies, Johns Hopkins University, abril de 2002.

ASSUNÇÃO, M. F. M. de A. “Entrevista de Elikia M'bokolo”. **Revista Teoria da História**. Vol. 18, n. 2 dez, 2017.

BARRY, B. “A Senegâmbia do século XV ao século XX: em defesa de uma história sub-regional da Senegâmbia”. **Soronda**: revista de estudos guineenses. v. 9, 1990.

BARRY, B. Reflexão sobre os discursos históricos das tradições orais em Senegâmbia. In: BARRY, B. **Senegâmbia: O Desafio da História Regional**. Salvador: Centro de Estudos Afro-asiático, 2000.

BERTH, M. Reflexões sobre a produção literária colonial no tempo do Estado Independente do Congo e do Congo Belga. In: THOMAS, F. (org.). **Afrikas: Histórias, culturas e educação**. Juiz de Fora: ed. UFJF, 2019, pp .105-126.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. As escolas históricas. In: BOURDÉ, G. B.; MARTIN, H. **Escola metódica**. Portugal: Publicações Europa America/Forum da História: 1983, pp. 100-118.

BURKE, P. Os fundadores: Lucien Febvre e Marc Bloch. In: BURKE, P. **A escola dos Annales. 1929-1989**. A revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997. pp. 23 -108.

CARDOSO, L. et al. (Org.). **Branquitude**: Estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2018.

CARVALHO FILHO, S. A.; NASCIMENTO, W. S. (org.). **Intelectuais das Áfricas**. São Paulo: Pontes Editores, 2018.

FAGE, J. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, J. (org.) **História Geral da África**. Vol. 1. Brasília: UnB/Unesco, 2010. pp. 1-22.

FARIAS, P. F. de M. Tombuctu, a África do Sul e o idioma político da Renascença africana. **Seminário FUNAG-IPRI sobre a África**. Rio de Janeiro: Palácio Itamaraty, 02/03/2007.

FLORES, E. Lições do Professor Braudel. O Mediterrâneo, a África e a Ásia. **Afro-Ásia**. 2008, pp. 9-38.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez nº 15, 2000.

GUIMARAES, M. L. S. Escrita da história e ensino da história: tensões e paradoxos. In: ROCHA, H.; MAGALHÃES, M.; CONTIJO, R. (orgs.). **A escrita da história escolar memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. pp. 35-50.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: ZI-ZERBO, Joseph (Coord.). **História Geral da África**, vol. 1. Brasília: UNESCO, 2010. pp. 387-401.

HEGEL, G. W. F. **The Philosophy of History**. Batoche Books Kitchener, 2001, pp. 116-119.

KI-ZERBO, J. Métodos Interdisciplinares utilizados nessa obra. In: ZI-ZEERBO, J. (Coord.). **História Geral da África**, vol. 1, Brasília: UNESCO, 2010. pp. 387-401.

KI-ZERBO, J. **História da África Negra**. vol. 1. Portugal: Edições Colibri, 1976.

LOPES, C. Pirâmide Invertida. **Actas do 5º Colóquio Construção e o Ensino de história da África**. Lisboa: Linopazas, 1995. pp. 21-29. Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09708.018#!8>

M'BOKOLO, E. **África Negra, História e Civilizações**, Tomo I. São Paulo: Companhia das Letras/Casa das Africas. 2009.

MAMDANI, M. "Entendendo a violência política na África pós-colonial". In: LAUER, H.; ANYIDOHO, K. (orgs.). **O resgate das ciências humanas e das humanidades através da perspectiva Africana**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, MRE, 2016. pp. 375-410.

MEMMI, A. **O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MUDIMBE, Y. V. **A invenção da África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento**. Mangualde (Portugal)/ Luanda: Edições Pedagogo/ Edições Mulemba, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/271955067/MUDIMBE-V-Y-A-invencao-de-Africa-PDF> Acessado em: 10 de jul. 2016.

NIENI, D. T. **Sundjata ou a epopeia Mandinga**. Trad. Oswaldo Biato. São Paulo: Ática, 1982.

PEREIRA, M. G. **História da África uma disciplina em Construção**. Tese defendida no programa de pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica/RJ. Rio de Janeiro, 2012.

REGINALDO, L. R.; FERRREIRA, R. **África, Margens e Oceanos: perspectivas de história social**. Campinas: Unicamp, 2021.

SAID, E. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

UNESCO. **Joseph Ki-Zerbo Biography**. (2012). Disponível em: <https://bit.ly/3bqrKd7>

VANSINA, J. "A tradição oral e sua metodologia". In: KI-ZERBO, J. (Coord.). **História Geral da África**, vol. 1. Brasília: UNESCO, 2010. pp. 139-167.

VANSINA, J. **Paths in the rain forest**. Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa. Madison: Wisconsin Press, 1990.